


RESEARCH ARTICLE

DATASET
REPORTS

O gênero do educar: uma análise antropológica do fenômeno de “feminização” da docência na sociedade brasileira

The gender of education: an anthropological analysis of the “feminization” of teaching in Brazilian society

Rafael Reis Conceição ^{a*} 

^a Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 36036-900, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Este artigo tem como proposta central discutir o processo histórico de “feminização” da docência, a partir de instrumentos teóricos da antropologia culturalista. As discussões e diálogos elencados são constitutivos de um procedimento de análise sociológica que visa privilegiar a história e a cultura, como chaves conceituais. Dessa forma, o debate em torno do gênero do escolar e da docência repercute em transformações, relativas à sociedade brasileira, em sintonia com um tipo específico de instituição. Esse exercício ocorre através da observação de seus padrões culturais e sistemas de símbolos, em interface com os paradigmas da relação indivíduo e sociedade. Em uma sociedade marcada, historicamente, pelo patriarcado, o objetivo desse trabalho é, também, questionar sobre a agência desempenhada por essas mulheres professoras e suas interfaces com a esfera pública da sociedade brasileira, ao longo do tempo. As continuidades e descontinuidades desse fenômeno são mensurados, portanto, a partir de complexidades estruturais, conjunturais e por agências de sujeitos, contextualmente localizados.

Palavras-chave: Feminização da docência. Antropologia histórico-culturalista. Escola. Educação brasileira.

Abstract

This article aims to discuss the historical process of the “feminization” of teaching through the theoretical frameworks of culturalist anthropology. The discussions and dialogues presented are part of a sociological analysis that prioritizes history and culture as conceptual keys. In this way, the debate around the gender of schooling and teaching reflects transformations in Brazilian society, aligned with a specific type of institution. This exploration takes place through the observation of cultural patterns and symbol systems, in interface with the paradigms of the individual-society relationship. In a society historically marked by patriarchy, this work also aims to question the agency exercised by female teachers and their interactions with the public sphere of Brazilian society over time. The continuities and discontinuities of this phenomenon are thus measured by structural and conjunctural complexities, as well as by the agencies of contextually situated individuals.

Keywords: Feminization of teaching. Historical-cultural anthropology. School. Brazilian education.

Graphical Abstract



*Corresponding author: Rafael R. Conceição. E-mail address: rafareic@gmail.com
Submitted: 03 September 2024; Accepted: 04 September 2024; Published: 10 September 2024.
© The Author(s) 2024. Open Access (CC BY 4.0).

1. Introdução

Os estudos de cultura e, de forma delimitada, dos padrões culturais são contribuições da Antropologia Social para a elucidação do fenômeno do gênero feminino em correlação com os valores do cuidado. A tradição do pensamento da escola histórico-culturalista, representada por autoras como Ruth Benedict (2013) e Margaret Mead (2015), tal qual, por Edward Sapir (2015), teoriza sobre a relação entre indivíduo e cultura, na perspectiva dos debates entre personalidade e padrões de comportamento, socialmente construídos. A proposta deste trabalho, nesse sentido, é criar diálogos entre o processo de feminização das práticas do educar (Louro, 2003), em relação com o que representa o trabalho feminino na docência. Para isso, a dimensão cultural atribuída ao gênero feminino, respectivos aos valores do cuidado e aos papéis desempenhados para a socialização de indivíduos, em enfoque histórico à sociedade brasileira secularizada, é objeto de articulação deste trabalho.

A autora Guacira Lopes Louro (2003) elenca significativas contribuições para esse debate, em seu texto “O gênero da docência”, a partir da abordagem sociológica sobre o fenômeno de “feminização” do magistério, no Brasil. Inicialmente, ela constitui o já consolidado debate sobre gênero nas Ciências Sociais, em uma correlação direta com a representação do trabalho escolar. Dessa forma, o conceito de representação de gênero será central em seu trabalho – ainda, em outros escritos sobre a socialização de mulheres nas escolas brasileiras, ao longo da História – de modo que a autora indaga-se: “qual é o gênero da escola?”. Essa questão será orientadora deste trabalho, de modo que, os diálogos com a Antropologia clássica, visam elucidar o fenômeno da cultura a partir de seus predicativos e processos históricos na conformação de valores e práticas escolares. De forma específica, o gênero do educar, o gênero da instituição escolar, o gênero predominante no trabalho docente e as múltiplas relações com o fenômeno da representação cultural.

Ademais, a teoria antropológica de Marshall Sahlins (2003a; 2003b) demonstra que os processos simbólicos são determinantes à cultura ocidental, ainda que seu projeto político buque uma autonomia em suas configurações utilitaristas. Nessa crítica, o conceito de “razão simbólica”, acunhado pelo autor, traz uma perspectiva ao fenômeno cultural, na modernidade, em que a ordem simbólica hierarquiza valores e práticas. Assim, Sahlins dá ênfase ao significado enquanto objeto de estudo antropológico, de modo que a simbiose da análise entre história e estrutura define a tradição de seu pensamento. Ao pensar as relações entre instituição e sujeitos – escola e mulheres professoras – suas definições contribuem para uma interpretação de conjuntura e estrutura, nos predicativos de uma ordem cultural que socializa e representa tais indivíduos.

Em suma, a proposta de investigar, a partir de referenciais teóricos, o fenômeno histórico e sociológico de “feminização” do magistério e da escola, são contribuições ao debate de autoridade e gênero, nos limiares da valoração de tal autoridade, alicerçadas na centralidade do “cuidado” e nos estigmas atribuídos às mulheres, em uma cultura patriarcal. Essa dimensão simbólica contribui para o debate sobre o gênero da instituição escolar e a forma com que ele foi construído historicamente, assim como, à compreensão dos papéis de gênero, definidos em nossa ordem cultural, e desempenhados em diferentes agenciamentos e instituições. A instituição escolar, em sua centralidade na socialização de indivíduos, na sociedade moderna, é investigada, portanto, a partir do papel desempenhado pela docência, em seus aspectos de representação de valores e transmissão de saberes.

2. Metodologia

A construção do artigo baseou-se na utilização do método de revisão teórica e sistematização de dados, a partir das literaturas da Antropologia Social e do campo da Educação. Desse modo, elaborou-se problemáticas e constructos conceituais do fenômeno abordado – a feminização do escolar – de forma a construir diálogos entre as áreas supracitadas e apontar reflexões para o campo da Antropologia da Educação.

3. Resultados e Discussão

3.1. Padrões de cultura e indivíduo: um debate sobre gênero e docência

A escola de pensamento antropológico histórico-culturalista, representada pelos feitos teóricos de Franz Boas, Ruth Benedict, Margaret Mead e Edward Sapir, concebe as culturas humanas pela definição dos processos históricos transformadores, da centralidade dos valores e padrões de comportamento dos povos e grupos sociais, e estudos etnológicos que buscam compreender a relação indivíduo e sociedade, nos processos de socialização. A partir desse panorama, Benedict (2013) traz elementos fundamentais para essa compreensão do cultural: os valores, pertencentes a uma tradição e conferindo especificidade a uma comunidade; os costumes, representando um conjunto de comportamento do coletivo, assim como, na determinação da experiência; as instituições, como disposições e instrumentos à totalização de uma sociedade. Com relação ao indivíduo, a cultura, nesse sentido, tem papel determinante, de modo que:

“A história de vida da pessoa é primeiro e acima de tudo uma adaptação aos padrões e critérios tradicionalmente transmitidos de uma geração para outra na sua comunidade. Desde o nascimento do indivíduo, os costumes da sociedade em que ele nasce moldam sua experiência e seu comportamento” (Benedict, 2013).

A discussão teórica sobre a relação indivíduo e sociedade, como inferido no entendimento da autora sobre as histórias de vida, torna-se relevante para discutir o objeto deste artigo. A dicotomia entre comportamento coletivo e comportamento individual são abordados a partir da noção de interdependência e não pela chave do antagonismo. Em sua obra, Benedict (2013) demonstra que a relação da cultura é independente de marco legal formal, e essa não representa objetivação total de uma ordem social, mas uma ferramenta institucional específica das sociedades modernas. Desse modo, o problema do indivíduo coloca-se nas dinâmicas de um “reforço recíproco”, um relacionamento estreito, em que ocorrem valorizações da personalidade, em relação aos padrões de cultura disponíveis para seleção – em adequação ou desvio. Ao elencar, como exemplos, a experiência ritual de transe e as práticas da homossexualidade, Benedict (2013) argumenta sobre a variedade social de tais fenômenos, que desempenham determinados papéis em diferentes sociedades – descrevendo, assim, uma característica central ao relativismo cultural. Em suas palavras, as instituições definem a norma e as aprovações culturais mensuram distintos papéis sociais desempenhados e status sociais ocupados, ainda, contextualmente localizados.

Em uma análise consoante, Edward Sapir (2015) elabora sobre o comportamento humano, trazendo críticas ao fazer antropológico. Para o autor, os estudos sobre o comportamento humano encontram-se em uma encruzilhada: entre o que é atribuído à cultura do grupo como um todo e o que é imputado à organização psíquica do próprio indivíduo. O lugar de articulação, entre tais termos, para o antropólogo, encontra limites em sua investigação: a dramatização que o observador faz ao

observado está na armadilha metodológica de somar os elementos descritos e sistematizá-los pelo conceito de cultura. O embeate, portanto, entre o modo de projeção de experiência pessoal na análise de fenômenos sociais, pelo pesquisador, e os dilemas da distinção do que é autoexpressivo (realidade psicológica individual) e o que é social propõem as questões do binômio indivíduo-sociedade.

Desse modo, Sapir (2015) define o mundo da personalidade na relação do indivíduo com a autoridade da cultura, em face aos dilemas da abstração e da subjetividade. Para esmiuçar essa concepção, o autor utiliza a metáfora da gramática e da fala – a fala como domínio do subjetivo e a gramática enquanto sistematização estruturante da língua, sendo um modo de reformulação do observado a partir de definições, significados e classificações. Nessa perspectiva que dialoga com a psicologia social, Sapir (2015) aponta críticas instrutivas a uma adequada análise cultural: que, em seu método de descrição ordenada, procure no estudo da personalidade sua correlação com o fenômeno da socialização. Portanto, a análise cultural passa, de forma expressiva, pela dinâmica viva do aprendizado, para além das abstrações de padrões, ideias e ações, que funcionam como “organizações de personalidade”. Em suas palavras, “a cultura não é algo dado, mas algo a ser descoberto aos poucos e às apalpadelas” (Sapir, 2015).

Os esforços da escola histórico-culturalista ao estudo do fenômeno da socialização podem ser observados em “A adolescência em Samoa”, de Margaret Mead (2015). A autora demonstra como a convenção cultural à ausência de sentimentos profundos, em Samoa, estabelece diferenciações entre a adolescência dessas nativas e a adolescência como é concebida na sociedade norte-americana. A autora aborda tais padrões na perspectiva da Educação. Enquanto na sociedade moderna e denominada por ela como “complexa”, há uma dimensão de profissionalização e competição, diversidade de escolhas e especialização de tarefas, na sociedade samoana, observa-se um acolhimento dos diferentes ritmos de vida e um lugar das tarefas – em que trabalho e brincadeira são pouco diferenciados – que ganham sentido na estrutura social. Isso explica por que as adolescentes, em Samoa, passam pelo período biológico da puberdade sem as neuroses e angústias vivenciados pelos modernos.

Essa dicotomia entre sociedade “simples” e sociedade “complexa” elencada pela autora são importantes para elucidar a realização do escolar em nossa sociedade, como procedimento de socialização por excelência. A forma histórica, portanto, da instituição escolar é constituída atômica, o que pressupõe, idealmente, um tempo e espaço separados das atividades corriqueiras e por “exercícios” que pressupõem a neutralidade da razão. Assim, Vincent et al. (2001) revelam como a forma escolar é a unidade de uma configuração histórica particular, em formações sociais específicas. Em uma abordagem metodológica historiográfica, os autores divergem do método estruturalista e casualista, para compreender a institucionalidade da escola. Com isso, abordam sua continuidade com as regras impessoais e a autonomização da relação mestre-aprendiz e do próprio processo de aprendizagem. Tal dinâmica, como observado, dá-se no âmbito histórico de surgimento de uma nova ordem urbana: que redefine os poderes civis e religiosos, na ascensão do Estado como forma de organização social, o que requer a aquisição de saberes correlacionados com concepções de “civilidades” (comportamentos sociais aceitos) e a perspectiva de uma dominação através da razão (como desdobramentos das práticas iluministas) que se estabelece com as necessidades da cidadania.

Dessa forma, a escola como modo de socialização específico contextualiza formas de apropriação de saberes e

formas de aprendizagem de relações de poder. Essa noção teórica, pautada no âmbito do histórico-culturalismo, é importante para conceber o fenômeno da feminização do escolar, no Brasil. A teórica da Educação Guacira Lopes Louro (2003), em sua contribuição central para esse artigo, estuda tal fenômeno pela chave conceitual da “representação”. Como discutido, a forma escolar, em suas especificidades culturais e históricas, revela um modo de socialização de indivíduos (crianças e adolescentes), mas, também, dos sujeitos envolvidos nesse processo: antes, os mestres e/ou irmãos, hoje, professores e professoras. Inicialmente, em concordância com a abordagem apresentada, Louro (2003) evidencia o papel da cultura na formação de sujeitos: em que diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelo gênero (vice-versa), de forma que se observa os valores do cuidado e vigilância demarcando a atividade escolar. Tais valores são, tradicionalmente, representados como atividades femininas, de forma que a ação das agentes educativas, as professoras, possuem semelhanças simbolizadas com a ação das mulheres no lar.

Os próprios discursos pedagógicos apontam para a centralidade de uma retórica que: valoriza a aproximação das relações familiares às práticas escolares e embasam o afeto e a confiança como essenciais ao processo de formação. Essa dimensão, estruturada a partir de um processo histórico, como será demonstrado no próximo item, infere numa representação do feminino associada ao escolar, sendo demarcada pela importância do amor, da sensibilidade, do cuidado: “virtudes”, como são simbolizadas, tradicionalmente atribuída à figura da mulher e, de forma mais particular, da mãe.

O sociólogo Émile Durkheim (2000), ao estudar a origem social das categorias, implica à representação sua essencialidade coletiva, ou seja, ela depende e traduz estados da coletividade. Assim, as “representações coletivas”, como denominou, são significantes de uma intelectualidade particular (diferente da subjetiva) que opera uma razão singular: tradicionalmente adquirida e que é resultado de associações de ideias e sentimentos dos espíritos que a compõem. Assim, Durkheim (2000) conceitua o homo duplex, tal qual o sujeito sendo constituído de sua dimensão individual – com base no organismo biológico e de ação estritamente limitada – e como ser social – sua mais elevada realidade, na ordem intelectual e moral. Essa noção sociológica sobre o conceito de “representação” e seus efeitos podem ser relacionados por Louro (2003), nos seguintes aspectos: o papel ativo das representações de gênero, como modeladora de uma categoria profissional, e correlacionada ao ethos de uma instituição, está em sincronia com os fenômenos históricos, que determinam trajetórias individuais e ações sociais.

3.2. Os processos históricos de feminização do escolar

As relações estabelecidas entre a instituição escolar e os processos históricos, em análise, indicam elementos importantes à antropologia histórico-culturalista para o entendimento e concepção do social. Ao que concerne o objeto em questão, Louro (2003) demonstra, tal qual Vincent et al. (2001), o papel do processo de urbanização à constituição de um novo estatuto de escola. No âmbito desse processo, a escola masculina, caracterizada dessa forma pelo status da ciência, agenciada preponderantemente por homens em sua seleção, produção e transmissão, perpassa por um processo de “feminização”, no contexto do surgimento da república. Em suas palavras:

“O magistério se tornará, neste contexto, uma atividade permitida e, após muitas polêmicas, indicada para mulheres, na medida em que a própria atividade passa por um processo de ressignificação; ou seja, o magistério será representado de um modo novo na

medida em que se feminiza e para que possa, de fato, se feminizar" (Louro, 2003).

Inicialmente, na trajetória da escola no Brasil, observa-se a figura do mestre exemplar e uma docência alicerçada na representação de um "modelo" a ser seguido. A função da docência era desempenhada, até a segunda metade do século XIX, como sacerdócio e uma missão que exige doação (notadamente, pela ação dos missionários e irmãos jesuítas). Nas transformações que são aceleradas pela nova ordem urbana, há uma ressignificação da atividade e as escolas dos Irmãos transitam para novas configurações da escola pública – de modo tardio, se comparado a outros países, como a França (Vincent et al., 2001). Ocorre, como mostra a historiografia levantada por Louro, uma nova separação de expectativas e funções entre homens e mulheres, em que o magistério ganha novos contornos, valorizado pelos significados e categoria da maternidade.

O lugar ocupado pela mulher, nessa sociedade patriarcal, é definido pelo casamento e pela maternidade, tal qual sua "verdadeira carreira", que se torna uma metáfora ao que é simbolizado à função exercida pelas professoras. As ascensões da noção de "mães espirituais" implicam valores como dedicação e disponibilidade, humildade e submissão, abnegação e sacrifício, implicados a essa nova representação da docência, em sua dupla marca: embasada em um modelo religioso consolidado e que se utiliza da metáfora materna. O magistério feminino, especialmente destinado às crianças, perpassa por um momento em que:

"Será endereçada especialmente para esta professora a fala dos políticos, os conselhos dos religiosos, as expectativas dos pais de família. Objeto de poesias, músicas, datas comemorativas, alegorias e exortações, ela irá, assim, se constituindo, adquirindo contornos que permitem reconhecê-la imediatamente" (Louro, 2003).

Em diálogo, os apontamentos teóricos de Ruth Benedict implicam à integração das culturas um processo em que há, em menor ou maior grau, um padrão de pensamento e ação que buscam a coerência com o sistema social total. A consolidação da experiência e as características do comportamento, assim, vão se tornando congruentes. Ao pesarmos o processo histórico de "feminização" da escola, é possível compreender o surgimento de uma nova representação sobre uma categoria profissional pelas relações entre: figura parental e valores assumidos pelo escolar, assim como, de discursos sociais que a legitimam. Para isso, a cultura do grupo opera uma seleção de propósitos dos traços existentes, em motivos, emoções e valores institucionalizados.

"Em todos os estudos do costume social, o cerne da questão é que o comportamento em consideração deve passar pelo buraco de agulha da aceitação social, e somente a história em seu sentido mais amplo pode explicar estas aceitações e rejeições sociais" (Benedict, 2015).

Os discursos sociais, portanto, em relação à docência, contribuem para a integração dessa "feminização". As relações sociais de poder despertadas, nessa trajetória, que desenvolve um novo lugar, socialmente legitimado, ocupado pelas mulheres, traz algumas dimensões específicas. Ao utilizar a categoria de "mães espirituais", Louro (2003) corrobora com os fatos que procuram trazer validade ao trabalho da mulher fora do lar: as representações coletivas das professoras precisam ser constituídas de forma a associar as atividades femininas ao âmbito simbólico da família nuclear. Em um primeiro momento, esse ofício era ocupado, predominantemente, pelas "solteironas", as mulheres que não se tornaram esposas, e que vislumbram na alternativa do magistério, uma possibilidade de reconhecimento.

Diferente de outras mulheres, nas primeiras décadas da "feminização" das escolas (séculos XIX e XX), essas mulheres professoras "solteironas" viviam uma ambiguidade: experienciavam um lugar de "falha" perante à sociedade, ao mesmo tempo, que da liberdade de circulação no espaço público. Em continuidades e descontinuidades históricas, esse maior poder de circulação e relacionamento com a esfera pública apontam para o fenômeno de sindicalização, por parte de professoras, que busca afastar o caráter sacerdotal da atividade, em alteração de discursos institucionais.

A partir desse desenvolvimento sobre o tema, é possível elencar o elemento da história como fundamental para a compreensão das culturas e seus processos de simbolização. O antropólogo Marshall Sahlins (2003a; 2003b) busca elucidar a existência do simbólico nas sociedades modernas e ocidentais, tecendo críticas às noções de "utilidade". Ao distinguir a cultura ocidental da "cultura primitiva", Sahlins (2003) aponta para estruturas de integração simbólicas que possuem elementos centrais diferentes: respectivamente, a mercadoria e o parentesco. As diferenças culturais, portanto, são estabelecidas em relação a diferentes códigos que estruturam sistemas simbólicos determinantes dos significados de uma ordem cultural. Assim, Sahlins (2003) refuta a concepção materialista e do projeto político moderno de uma ordem cultural independente dos símbolos, mas, sim, as diferenças nos modos de sistematização: em padrões e atuações localizadas.

A partir disso, conceber o fenômeno da feminização da escola, em sua dinamização histórica, é também reconhecer sistemas de símbolos que organizam as sociedades urbanas, organizadas por códigos e significados específicos. O antropólogo Marshall Sahlins (2003a) aborda a história e a cultura a partir da perspectiva estruturalista, definindo, como tipo ideal, a estrutura das sociedades modernas enquanto performativa. Em outras palavras, significa atribuir um movimento de "reavaliação funcional das categorias", a partir da história, denotando um espaço de transformação, em que: "as ordens performativas tendem a assimilar-se as circunstâncias contingentes, enquanto as prescritivas tendem a assimilar as circunstâncias a elas mesmas, por um tipo de negação de seu caráter contingente e eventual" (Sahlins, 2003b). Além disso, o autor traz a noção de "estrutura da conjuntura", em seu sentido de realização cultural na história, sendo que a ação ganha um sentido de significação, tal qual, os papéis desempenhados pelos indivíduos em interface com a ordem cultural. Isso implica em uma fenomenologia do simbólico na ótica dos processos históricos: a diacronia das categorias, enquanto elemento de análise, estabelece uma "sociologia situacional" que favorece a análise dos eventos, a compreensão da mudança cultural e das relações indivíduo e sociedade.

Em suma, pensar a agência social dos símbolos em correlação com a ação situada dos indivíduos, no processo de feminização do escolar, implica conceber uma "estrutura" da conjuntura. Nos diversos desdobramentos históricos, representações associadas, legitimação pelos discursos sociais e transformações de status social, a categoria de professora, enquanto agente de socialização das sociedades modernas, continua a dinamizar as relações de gênero e constituir autoridade. Da figura das "solteironas" que ganhavam contornos de "mães espirituais" às trabalhadoras do magistério que se sindicalizam, pode-se observar, nos paradigmas de indivíduo-sociedade, o papel do sistema simbólico que está, inexoravelmente, em relação com a ação dos indivíduos.

4. Conclusão

A “feminização” do escolar e as representações de gênero em nossa sociedade é um tema que merece, também, ser elucidado pela dimensão da autoridade. A assunção de mulheres, diante da função do educar, está inscrita em processos históricos, localizada em um tipo institucional específico de socialização, em agenciamentos à estrutura patriarcal da sociedade brasileira. Os elementos conceituais, dessa forma, de representação coletiva, socialização, história, padrões culturais e sistema simbólico foram movimentados, nesse trabalho, de forma a buscar uma análise cultural sobre esse fenômeno.

O gênero enquanto elemento de simbolização, em diferentes sociedades, institui trajetórias individuais. A função de socialização de indivíduos e transmissão de saberes, por parte da docência, constitui também comportamentos e costumes, representações e discursos sociais sobre uma categoria profissional. Com isso, a associação de valores tradicionais do parentesco com a institucionalidade secular e moderna das escolas é, como supracitado em diversos momentos, um fenômeno que, também, permitiu maior circulação de mulheres pelo espaço público e pela esfera civil da sociedade brasileira. Os desdobramentos desse processo, à investigação, devem contar com a noção de socialização das próprias agentes socializadoras. A interdependência indivíduo-sociedade, abordada neste trabalho, mostram uma relação recíproca que conjugam costumes e comportamentos, assim como, histórias de vida marcadas pela cultura.

A história, nesse sentido, enquanto dispositivo privilegiado à análise, revela transformações significativas do lugar assumidos pelas mulheres, em nossa sociedade. O estudo da feminização do escolar traz contribuições relevantes para essa compreensão, em que os estudos de gênero sobre a sociedade brasileira são correlacionados ao fenômeno da cultura. A instituição escolar, em seu tempo e espaço *sui generis*, ganha clivagens em seu prestígio e desprestígio, também, ao longo do

tempo. Mas possui uma relevância no espaço público que culmina numa posição de poder diferenciada a essas mulheres.

Em síntese, a antropologia cultural, em sua teoria, é um instrumento de análise importante a esse fenômeno, de forma a explicitar os contornos dos padrões culturais envolvidos e a ação de seus indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento de paradigmas consolidados, e apontando novas perspectivas. A escola, como invenção social, não está isenta dos processos simbólicos e, como tal, não estão isentas as agentes envolvidas em seu funcionamento. Abordar o gênero do escolar é, portanto, iluminar as relações de gênero em nossa sociedade, a partir das suas continuidades e descontinuidades no tempo.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais às educadoras que me atravessaram durante a minha trajetória e que me inspiraram ao interesse pela área da Educação.

Contribuições dos Autores

R.R.C.: Curadoria de Dados, Redação - Preparação do Rascunho Original; Revisão e Edição. O autor leu e aprovou o manuscrito final.

Conflitos de Interesses

O autor declara que não tem interesses conflitantes.

Financiamento

O Autor é apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Referências

Benedict, R. (2013). *Padrões de cultura*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.

Durkheim, E. (2000). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo. Editora Martins Fontes.

Louro, G. L. (2003). O gênero da docência. In: Louro, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. 6. ed. Petrópolis. Editora Vozes.

Mead, M. (2015). Adolescência em Samoa. In: *Cultura e Personalidade*. Rio de Janeiro. Zahar.

Sahlins, M. (2003a). *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. pp. 7-10; .204-218.

Sahlins, M. (2003b). *Ilhas de História*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. pp. 7-59; 172-194.

Sapir, E (2015). A emergência do conceito de personalidade em um estudo de cultura. In: *Cultura e Personalidade*. Rio de Janeiro. Zahar.

Vincent, G.; Lahire, B.; Thin, D. (2001). Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, 33, 7-47.

DATASET
REPORTS

journals.royaldataset.com/dr